



## **CIDADANIA COMUNICATIVA: VOZES CIDADÃS NEGRAS NA EMISSORA COMUNITÁRIA<sup>1</sup>**

Cristóvão Domingos de Almeida<sup>2</sup>

### **Resumo**

Buscando colaborar com as reflexões sobre a noção de cidadania, este trabalho se propõe a discutir a cidadania comunicativa, elaborada por Mata (2005; 2006), compreendendo-a como estratégia de ação coletiva, sem constrangimento, no espaço público. Verificaremos a aplicabilidade dessa noção a partir da experiência de rádio comunitária desenvolvida pelos remanescentes de quilombo, localizada no município de Poconé-MT. Nos depoimentos dos locutores e ouvintes, a cidadania comunicativa se manifesta nas lutas pela implantação da emissora, na manifestação da palavra própria, na ampliação da participação política, dentre outros. Tais ações evidenciam o acesso dos quilombolas à mídia alternativa, possibilitado afirmar sujeitos de demandas e de decisões, reconhecendo suas lutas em prol da democratização da comunicação e da informação.

**Palavras-chave:** Cidadania comunicativa; Participação; Remanescente de quilombo.

### **1 INTRODUÇÃO**

Cidadania, um conceito com vários sentidos, tanto do ponto de vista ideológico quanto das concepções teóricas, daí a dificuldade defini-lo. A proposta deste artigo é refletir sobre a noção de cidadania comunicativa, elaborado por Mata (2006) e, verificar a sua aplicabilidade na experiência radiofônica desenvolvida pelos remanescentes de quilombo, localizados no município de Poconé, Mato Grosso.

Menciono brevemente a noção de cidadania, principalmente sua articulação com o processo comunicativo. Aprofundo a discussão de cidadania comunicativa a partir de quatro níveis: formal, reconhecida, exercida e ideal. Eles não são pensados de modo dispersos, pelo contrário, articulam-se entre si na sua processualidade. Para fins didáticos, neste trabalho, os níveis de cidadania comunicativa, tendo como base a experiência da rádio comunitária produzida pelos remanescentes de quilombo, serão apresentados de modo separado.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do X Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutorando em comunicação e informação na UFRGS e bolsista Capes. cristovaoalmeida@gmail.com



Apresento ainda, ao longo do texto, alguns depoimentos dos locutores e ouvintes que indicam a existência da prática da cidadania comunicativa. Por fim, aponto alguns elementos que podem colaborar com a proposta de ampliação da prática da cidadania comunicativa: vinculação do cotidiano dos remanescentes de quilombo com a experiência comunicacional; participação; engajamento democrático; oralidade e circulação das informações locais por meio da emissora.

## **2 BREVE HISTÓRICO SOBRE CIDADANIA COMUNICATIVA**

A partir dos anos 1990, Mata (2005; 2006) concentra esforços para discutir como e onde os conceitos de cidadania e comunicação se articulam? Duas problemáticas levantadas por Mata (2009) nos ajudam a entender a elaboração da noção de cidadania comunicativa. A dificuldade em definir e apropriar-se do conceito de cidadania é a primeira delas; a segunda é a ausência da temática nos estudos contemporâneos.

É fato que cidadania, enquanto direito a ter direitos, tem sido objeto de diversas interpretações. Desde a primeira teoria sociológica da cidadania, proposta por Marshall (1967) -, que analisando o caso inglês, generalizou o conceito de direitos e necessidades, formulando propostas numa perspectiva linear, “a cidadania seria composta dos direitos civis e políticos, direitos de primeira geração, e dos direitos sociais, direitos de segunda geração”. (Vieira, 2001, p.22) -; até as concepções liberais e hegemônicas de cidadania que enfatizam o indivíduo. Ou seja, os direitos individuais são postos em primeiro lugar, conseqüentemente tendo prioridade sobre os direitos coletivos.

Esse longo caminho da cidadania, especialmente no Brasil, foi definido por Carvalho (2007) como “tortuoso” e por Martins (2002) como “cidadania a porrete”. São autores que expressam com clareza a realidade de escravidão e exclusão social vivenciada pelo povo brasileiro. Por muito tempo em nosso país, os operários e a população mais pobre não participavam da política oficial, ou seja, não tinham o direito de votar, muito embora tivessem consciência, não muito clara, sobre seus direitos e os deveres do Estado. De acordo com Carvalho (2007, p. 75), a população “era um esboço de cidadão, mesmo que em negativo”. O cidadão em construção conviveu e convive com uma sociedade desigual, em que milhões de pessoas são analfabetas, não têm moradias dignas, a saúde é precária. Percebe-se, enfim, que na estrutura de sociedade



hierárquica brasileira, os direitos negados são frutos do autoritarismo social (DAGNINO, 1994).

O autoritarismo social está enraizado na nossa cultura e são visíveis em diversas situações do nosso cotidiano. Por exemplo, o salário dos brancos é mais elevado do que dos negros; os discursos preconceituosos acusando os cotistas universitários de que podem baixar o nível de aprendizagem da Instituição pública. Outra situação que sinaliza o autoritarismo social refere-se ao acesso à informação: mesmo com a grande expansão dos veículos de comunicação, como a Internet, milhões de pessoas continuam sem acesso a essa ferramenta, principalmente a população que vive na zona rural. Certamente o autoritarismo social produz, como alerta Dagnino (1994, p. 105) “uma cultura autoritária de exclusão”, e ela também reproduz mazelas, preconceitos e desigualdades praticamente em todas as esferas das relações sociais.

O maior desafio dos movimentos sociais é romper com e eliminar a cultura autoritária e os processos que geram marginalização e exclusão das pessoas. Daí a importância da proposta de Mata (2006), marcar posição e pensar a cidadania comunicativa como estratégia política (DAGNINO, 1994) no campo da comunicação. É importante dizer que essas práticas políticas são mais difíceis de serem realizadas nos meios hegemônicos de comunicação. Pois, além dessas mídias serem controladas por uma minoria, elas dificilmente admitem contestações. E, também

[. . .] limitam a possibilidade de reivindicar os direitos a livre expressão e a informação sem os quais dificultam a aparição no espaço público mediatizado, de sujeitos capazes de disputar desde a perspectiva desses direitos no sentido da ordem estabelecida. (Mata, 2009, p. 183, tradução livre)

Nesse sentido, os meios de comunicação que atendem a lógica produtivista e hegemônica reforçam as marcas da cultura autoritária. Agindo assim, acentuam a exclusão social e, tentam, a todo instante silenciar vozes cidadãs. Para contrapor e superar esse modelo excludente, os setores populares precisam apropriar-se dos meios alternativos de comunicação. A apropriação é legítima. Assim, compreende-se a cidadania comunicativa a partir de ações concretas e que resultam em mudanças e transformações sociais.

É importante salientar que a prática da cidadania comunicativa não desconsidera o acesso aos direitos legais, mas ainda que requeira o amparo jurídico, vai além dela.

[. . .] implica no desenvolvimento de práticas que materializam de modo irrestrito esse direito e permite sua ampliação. Ela



coloca em questão os fundamentos das regulações que a ordem estabelecida produz em relação às vozes legitimadas, com as competências requeridas para expressar publicamente, com os recursos que se dispõem para isso. (Mata, 2009, p. 186, tradução livre)

Percebe-se que a noção de cidadania comunicativa reconhece a importância da dimensão jurídica nas lutas em prol da livre expressão, do direito à informação e à comunicação. No entanto, é preciso lutar pela democratização dos meios. Por isso, a cidadania comunicativa está baseada na possibilidade de ação concreta dos sujeitos de direitos, de demandas e de decisões (Mata, 2005; 2006) no campo da comunicação social. Considera-se que a mídia alternativa é o espaço privilegiado para exercer essa ação. Os meios de comunicação alternativos como destaca Peruzzo (1998, p. 125), podem contribuir com o processo de “conscientização, mobilização, informação e manifestação cultural do povo. É canal por excelência de expressão das denúncias e reivindicações dos setores organizados da população oprimida”.

Nessa perspectiva, a prática de cidadania comunicativa é capaz de gerar e difundir uma cultura democrática. Luta-se sim pela ampliação dos direitos, entretanto, a apropriação de meios e de técnicas de comunicação faz gerar no seio da própria comunidade outras ações que são capazes de transformar e melhorar as condições de vida dos sujeitos. Pois, de acordo com Mata (2009, p. 186, tradução livre), “a cidadania comunicativa envolve dimensões sociais e culturais vinculadas aos valores de igualdade de oportunidades, qualidade de vida, solidariedade e não discriminação”.

É importante destacar que a argumentação de Mata (2005; 2006) sobre a cidadania comunicativa é realizada a partir de quatro níveis: formal, reconhecida, exercida e ideal. Eles não são pensados de modo disperso, pelo contrário, articulam-se entre si na sua processualidade. Para fins didáticos, os níveis de cidadania comunicativa, tendo como base a experiência da rádio comunitária produzida pelos remanescentes de quilombo, serão apresentados de modo separado, para em seguida articular as partes com o todo.

### **3 RÁDIO COMUNITÁRIA E CIDADANIA COMUNICATIVA FORMAL**

A cidadania comunicativa formal se refere aos direitos dos indivíduos à informação e à comunicação. Esse primeiro nível de cidadania está relacionado aos direitos legalistas. Sua articulação com a rádio comunitária será percebida na breve



contextualização de luta pela implantação de uma emissora legalizada numa comunidade remanescente de quilombo.

Em Mato Grosso, 65 rádios comunitárias possuem licença definitiva, muito embora, sabe-se da existência de inúmeras emissoras que estão em pleno funcionamento, mas sem autorização do Ministério da Comunicação. Em Cuiabá, Capital do Estado, por exemplo, existem apenas quatro rádios comunitárias autorizadas, mas identifica-se facilmente no *deal* um número bem superior. Inclusive, algumas delas, mesmo sem outorga, veiculam suas programações na internet.

O cenário não se altera nos demais municípios. Em Poconé<sup>3</sup>, a pouco mais de 100 km de Cuiabá, existem seis rádios comunitárias, todas sem outorga. Cinco emissoras atuam no centro urbano e uma na comunidade rural remanescente de quilombo. A Rádio Comunitária FM do Distrito do Chumbo (RDC) que é objeto deste estudo. A emissora está há três anos no ar e ainda não possui autorização. Ela corre o risco de a qualquer momento receber ordem de apreensão dos equipamentos e os seus responsáveis serem presos. Além disso, os próprios moradores da comunidade a identificam como clandestina ou ilegal.

Não significa que permanecer sem a documentação oficial seja opção dos comunicadores populares, mas geralmente a burocracia e a morosidade do órgão federal responsável faz com essas autorizações sejam expedidas entre 3 a 8 anos. O tempo para implantar uma emissora legalizada pode ser ainda maior se levarmos em conta as etapas anteriores, ou seja, a discussão com a comunidade; a organização popular; a regularização da Instituição proponente e, por fim, o envio dos documentos ao Ministério das Comunicações.

A rádio comunitária do Distrito do Chumbo vivência essas situações. Desde o início, em 2001, os coordenadores da emissora buscam a sua legalização, muito embora, encontram enormes dificuldades por conta da morosidade nos processos de outorga. Um dos coordenadores da rádio relata

Procuramos desde o início atender a lei. Ficamos 5 anos esperando pelo menos uma carta, um comunicado do Ministério, mas não obtivemos nada. Resolvemos colocar a rádio no ar e já estamos há três anos em plena atividade, mas sempre com medo de que alguma coisa aconteça com a gente. (Entrevista em 14/01/2010).

---

<sup>3</sup> Poconé, apesar do potencial turístico por conta do Pantanal, é a 6ª cidade mais pobre do estado, segundo dados do IBGE/2004.



O receio do fechamento da emissora tem razão de ser, uma vez que a Anatel em parceria com a Polícia Federal já fecharam inúmeras emissoras no país. Se por um lado, os coordenadores querem trabalhar dentro da legalidade, por outro lado, eles recebem incentivos da população para dar início às atividades, mesmo sem autorização oficial, “pois é uma forma de pressão popular”. A luta pela legalização da emissora se articula com a ideia de cidadania comunicativa formal. Isto é, cidadania ligada a ideia de direito a ter direitos. A implantação de uma emissora de baixa potência está assegurada na legislação, muito embora, em muitas experiências, esses direitos sejam violados. No caso específico da rádio comunitária, a Lei nº 9.612, de 19/02/1998, regulamenta o serviço de radiodifusão, mas o problema é vencer a burocracia para obter a concessão e a licença para o funcionamento.

A cidadania comunicativa formal envolve os direitos no campo da comunicação, mas a repressão e a violência enfrentadas pelos comunicadores populares têm demonstrado que há um enorme distanciamento entre as diretrizes da Lei e a sua aplicabilidade, dificultando o processo de legalização das emissoras “engajadas em uma comunicação crítica, plural e comprometidas com a transformação social do país” (FUSER 2006, p. 144)

### **3.1 A CIDADANIA COMUNICATIVA RECONHECIDA NA PRÁTICA DA RÁDIO COMUNITÁRIA**

Os níveis de cidadania comunicativa dos quais estamos tratando não são lineares, nem sequenciais como propôs Marshall (1967). E, sua ênfase também difere dos primeiros estudos sociológicos da cidadania. A ênfase deste é o indivíduo e da cidadania comunicativa é o processo. É nessa processualidade que os sujeitos e os grupos sociais passam a reconhecer os direitos como fundamentais a sua condição humana, e mais, conhecendo os seus direitos, lutam por eles e os põem em prática. Assim, podemos pensar a cidadania comunicativa reconhecida a partir de dois movimentos: de fora e de dentro.

O movimento de fora foi protagonizado por um locutor de uma rádio comunitária da cidade. Ele percebeu a necessidade de lutar pela instalação de uma emissora comunitária na zona rural do município. A constatação ocorreu a partir das inúmeras participações dos moradores das comunidades rurais através de pedidos musicais, de avisos, de solicitações de melhorias nas comunidades. Alguns dos assuntos



não eram atendidos pelo caráter emergencial como alteração do horário dos ônibus, dia da visita do médico na comunidade, dentre outros. Isso ocorre porque o alcance das ondas sonoras da rádio comunitária da cidade segue a legislação, 25 watts. Com a baixa potência a emissora atinge apenas alguns bairros do entorno. Então, como os moradores da zona rural sabem da existência dessa rádio? De duas maneiras, através dos aposentados que vão à cidade, mensalmente receber o benefício do INSS e, por meio dos motoristas que deixam os rádios ligados na emissora comunitária.

Após os compromissos na cidade, eles aguardam o transporte, no estacionamento em frente ao supermercado. Aí fazem compras, pagam dívidas, contraem outras e ouvem a programação da emissora comunitária. É comum cada aposentado levar como companheiro filhos ou netos. Normalmente são eles que escrevem o endereço ou anotam o telefone da emissora. Outro contato com a emissora é através dos motoristas. Como não há ônibus públicos, aqueles que têm carro de passeio complementam a renda se colocando a disposição dos passageiros, numa espécie de serviço de táxi<sup>4</sup>. Eles são os principais propagadores da emissora. Deixam o som do carro ligado durante o programa de um dos locutores mais populares da emissora e é conhecido pela grande maioria das pessoas. O locutor envia “alô” especial aos idosos, citando os nomes, de forma que cativa os ouvintes. O papel dos motoristas, além de deixar o som ligado também é de entregar os recados dos ouvintes na emissora.

Por essas e outras razões, o entendimento do locutor foi de que os moradores das comunidades rurais precisavam ter o próprio canal de comunicação. E, que essa rádio comunitária deveria ter maior potência para atender outras comunidades: tradicionais e remanescente de quilombo. Evidentemente que essa ideia de alterar a potência da rádio comunitária, por um lado está em desacordo com a lei, mas por outro lado, atende a demanda de informar o maior número de pessoas da região. A emissora tem uma potência maior do que é permitido. Na verdade, essa atitude pressiona o poder público a revisar a própria legislação. Mesmo porque é inviável por conta da ausência de recursos e de pessoal que se instale emissoras radiofônicas em cada uma das comunidades rurais do município.

Onde instalar a emissora? A comunidade rural remanescente de quilombo do Distrito do Chumbo reúne as principais características para instalação de uma rádio

---

<sup>4</sup> Os proprietários dos ônibus pararam de fazer a linha MT 453 sob alegação de que não dava lucro, somente prejuízo. Como alternativa, praticamente em cada comunidade há uma pessoa que trabalha como fretista entre a comunidade e a cidade. Eles não são taxistas legalizados, por isso, a categoria pressiona o poder público para impedir tal atividade.



comunitária. Já possui energia elétrica, fácil acesso, está ladeada por outras comunidades rurais e, tem capital humano para dar continuidade ao trabalho radiofônico.

Chumbo está distante 20 km da cidade e se localiza a beira da rodovia Adauto Leite. A rodovia é o principal canal de acesso dos moradores da zona rural com à cidade, de modo que a população que viaja até a cidade tem que passar necessariamente em frente ao Distrito do Chumbo. Ao longo dessa extensa rodovia existem outras comunidades de remanescente de quilombo como Várzea Bonita, Zé Alves, Campinas de Pedra, Imbé, Figueira. Atualmente, todas elas recebem as ondas sonoras da Rádio Comunitária do Chumbo, cuja potência supera o permitido por lei. Para a rádio comunitária do Chumbo essas restrições não poderiam ser uniformizadas, ainda mais em se tratando de áreas rurais, onde em sua grande maioria, as famílias vivem distantes umas das outras.

A cidadania comunicativa reconhecida se caracteriza também como um movimento de dentro. A população entendeu que deveria veicular informações ao maior número de comunidades rurais, dentre elas comunidades remanescentes de quilombo ou não. Vale dizer que no município existem 82 comunidades rurais, dessas 26 são reconhecidas pela Fundação Palmares como comunidades remanescentes de quilombo.

As pessoas se sensibilizaram com a proposta, compreendendo a importância de se ter um veículo de comunicação produzido pelos próprios moradores e principalmente porque essa emissora divulga informações de interesse dos moradores da comunidade e da região. O projeto ganhou adesão popular, entretanto, para efetivá-lo era preciso mobilizar mais pessoas. A adesão popular foi importante por conta da possibilidade de atuar em várias frentes: reuniões na comunidade, captação de recursos para adquirir os equipamentos, entre outros. Nesse sentido, a cidadania comunicativa se expressa no reconhecimento dos direitos legais e também na sua efetivação e ampliação. A emissora, portanto, é base para que os sujeitos ampliem o exercício da cidadania, desenvolvendo nova percepção em relação ao local onde vivem, passando a se relacionar melhor com a sociedade, consigo mesmo e com o sistema de comunicação (PERUZZO, 2008).

### **3.2 CIDADANIA COMUNICATIVA EXERCIDA, AMPLIANDO DIREITOS**





Após cinco anos de espera pela concessão do Ministério das Comunicações, as lideranças da comunidade do Chumbo resolveram exercer, de fato, o direito à comunicação. Iniciaram as atividades de radiofonia com uma estrutura simples e adequada para o funcionamento diário da emissora das 5 às 22 horas. É fato que no início, a programação musical ocupava a maior parte do tempo. Entretanto, aos poucos, foram inseridas outras pautas, com ênfase aos assuntos regionais e locais.

Para viabilizar o trabalho, os gestores da emissora, apostam no engajamento dos jovens, especialmente dos estudantes. A primeira jovem locutora<sup>5</sup> foi incentivada, por um alagoano que vive na comunidade por conta do trabalho, ele é cortador de cana e nos momentos vagos é locutor na emissora. A jovem não sabia, nem mesmo das articulações para instalar a rádio na comunidade, não tinha nenhum contato com o meio e, nem tinha o hábito de escutar rádio, no entanto participava ativamente do grupo de jovem local e era líder estudantil. Com essas qualidades poderia assumir um trabalho na emissora.

Mesmo desacreditada das suas próprias potencialidades, ela assumiu um programa diário, das 13 – 16 horas, o qual denominou de *Alegria, Alegria*, uma referencia ao seu próprio estilo de vida. Após dois anos de trabalho, com público cativo, ela é a que tem maior número de participações, em média 30 ligações telefônicas, além das cartas e dos recados deixados pelos taxistas na emissora. Em conversa com a mãe da locutora, ela expôs as transformações da filha.

A minha filha mudou muito. Ela se tornou responsável e uma verdadeira profissional. Depois que ela começou a trabalhar, a primeira coisa que fiz foi comprar um rádio. Passei a escutar o programa todos os dias e quando ela chegava em casa a gente sentava para avaliar o que foi positivo e o que ela deveria melhorar. O dia que ela estava muito cansada ia com ela e a ajudava na parte técnica. A gente se tornou ainda mais próxima, verdadeiras amigas. (Depoimento da mãe de uma locutora, 20/01/2010).

Esse é um entre tantos exemplos de que a rádio comunitária do Chumbo está sendo canal aberto para que os moradores dêem sentidos as suas ações individuais e coletivas. São aspectos que garantem maior interação entre os nove locutores da emissora e o público em geral. Eles ressaltam que são muito procurados para anunciar os acontecimentos sociais tanto da comunidade do Chumbo quanto das comunidades

---

<sup>5</sup> A locutora tem 19 anos e mora na comunidade.



vizinhas. Dizem também que passaram a conhecer e valorizar as tradições culturais, as devoções religiosas, as interações sociais, os atos de solidariedade exercida no cotidiano familiar. O reconhecimento das realidades locais permite que os moradores valorizem os saberes locais, as experiências ausentes se tornam presentes (BOAVENTURA, 2007), especialmente aquelas que reivindicam as melhores oportunidades para os moradores. Ultimamente a rádio comunitária está empenhada na reivindicação por investimentos em infraestrutura especialmente asfaltamento das dezenove ruas existentes na comunidade, pois, de acordo com os moradores, no período da chuva é difícil transitar por conta dos alagamentos e no período da seca, especialmente crianças e idosos sofrem muito por conta da poeira.

As reclamações dos moradores ganharam eco e neste ano o poder público firmou compromisso para o asfaltamento das principais ruas da comunidade. Como se percebe, a cidadania comunicativa exercida se desenvolve nas lutas concretas e nas ações sociais coletivas. E o rádio tem servido de espaço de resistência, de possibilidades e de valorização das experiências concretas. Experiências e saberes dos remanescentes de quilombo que estiveram ausentes principalmente por conta do autoritarismo social (DAGNINO, 2006) e se tornam presente porque produzem experiências e reivindicações possíveis (BOAVENTURA, 2007).

### **3.3 CIDADANIA COMUNICATIVA IDEAL: ENGAJAMENTO E PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO**

A cidadania comunicativa ideal é um horizonte a ser alcançado no campo dos direitos à informação e à comunicação pública. Falar de ideal e de utopias na contemporaneidade é ser chamado de visionário, sem noção da realidade, mas o que estamos tratando é de algo realizável. A prática de cidadania comunicativa ideal é possibilidade de lutar por transformações. As transformações ocorrem quando as pessoas tomam ciência da sua condição, levando em conta que a realidade de isolamento social é algo estrutural. Daí a importância das lutas sociais pela ampliação de direitos não como sendo dado, mas criado, recriado e conquistado (CORTINA, 2005). E, mais, que essas lutas pela ampliação de direitos gerem cultura democrática (DAGNINO, 2006) e cultura política emancipatória (BOAVENTURA, 2007). Marcas que solidificam o processo comunicativo e as ações sociais concretas.



A prática da rádio comunitária do Chumbo tem mostrado as possibilidades de se gerar uma cultura democrática e estratégia de cultura política. A produção radiofônica atende uma população historicamente marginalizada e que teve de encontrar os próprios mecanismos de resistência para sobreviver ao longo dos anos. A comunidade do Chumbo tem mais de 400 famílias e, entre agosto a novembro, na safra da cana de açúcar, a comunidade acolhe cerca de 700 trabalhadores rurais.

Se antes os remanescentes de quilombo estavam isolados e escondidos, agora com a construção da MT 453, a comunidade negra do Chumbo ficou a margem da rodovia, facilitando o acesso, dando maior mobilidade, as terras estão valorizadas. A facilidade não significa vida fácil, as pressões continuam. Como ainda não houve a regularização fundiária dos remanescentes de quilombo, eles recebem pressão dos fazendeiros que querem adquirir essas áreas para ampliar o cultivo de cana. A comunidade negra está rodeada de plantação de cana e em frente a comunidade, os fazendeiros construíram a Usina de álcool.

Por um lado, a Usina gera emprego, porém os homens das comunidades são contratados para os trabalhos ligados a serviços braçais, corte e plantio da cana. Por outro lado, com o aumento populacional, aumentam as dificuldades na comunidade. Moradia para os trabalhadores de outros estados; elevado consumo de bebidas alcoólicas, dentre outros. Com o aumento populacional, a comunidade passou a reivindicar posto de saúde, núcleo da polícia militar, escola, construção de praça. Alguns benefícios chegaram, mas sem nenhum empenho efetivo do poder público. Nesse sentido, a rádio comunitária é um espaço que tem incentivado as pessoas a se engajarem nas lutas sociais e à participação pública nas atividades de interesse do coletivo gera uma cultura democrática.

Sem dúvida, a participação efetiva das pessoas para implantar a emissora na comunidade foi o início da prática de cidadania comunicativa e do processo emancipatório dos sujeitos. A partir das atividades radiofônicas, outros pleitos estão sendo concretizadas. Por exemplo, as pessoas estão se engajando não nas áreas sociais e culturais, mas também estão atuando na área econômica, mais especificamente da produção econômica sustentável, bem como na política partidária. Ou seja, as pessoas que têm contato com a rádio comunitária recebem incentivos para assumirem compromissos e responsabilidades no espaço público. É claro que não se pode atribuir todas as manifestações populares à emissora, ainda que se possa afirmar que ela está sendo um dos focos alternativos de resistência na comunidade. Como nos alerta



Canclini (2007, p. 69) “não podemos superestimar a importância dessa contribuição diante da força desigual das empresas e poderes políticos que ignoram ou promovem outras vias de desenvolvimento”.

A participação dos remanescentes de quilombo, nos conselhos de saúde e de educação, pode ser identificada como ampliação da cidadania e, conseqüentemente, geração de cultura democrática. E, ainda, eles passaram a acompanhar as visitas da equipe médica, que são realizadas mensalmente, nas comunidades vizinhas. Garantiram espaços de reuniões com os moradores para apresentarem as pautas de reivindicações.

As lideranças quilombolas decidiram também que deveriam se inserir na política partidária. Por isso, nas eleições de 2008, uma locutora da emissora, atuante dos movimentos sociais, deixou a programação para ser candidata. Ficou na suplência e neste ano assumiu definitivamente a vaga de vereadora. É a primeira mulher negra, remanescente de quilombo a assumir um mandato parlamentar no município.

A preservação das tradições foi retomada a partir do momento em que houve maior divulgação no espaço radiofônico. Um ritmo beneficiado foi o siriri, que mistura o gingado da dança africana com a dança indígena. O siriri antes muito popular nas festividades religiosas, perdeu espaço para as bandas que tocam o chamado *lambadão* cuiabano, uma mistura do forró com a lambada. Com intuito de valorizar a tradição, os remanescentes de quilombo se mobilizaram para formar uma Associação da dança do siriri. O grupo de dança “começou com os idosos, hoje tem jovens e crianças”, relata um dos integrantes da Associação. Atualmente o grupo do siriri é o que está dando maior visibilidade aos remanescentes de quilombo, pois são convidados pelos gestores públicos do município e de outras cidades do Estado do Mato Grosso a se apresentarem nos eventos.

A cidadania comunicativa ideal pode ser entendida também como possibilidade de democratizar o acesso à informação e ao processo comunicativo, não somente no sentido de acesso ao espaço midiático, mas a todas as formas de comunicação, desde a oralidade, gestos, danças, olhares, formas de sociabilidade. Esses processos comunicativos, desenvolvidos a partir da experiência do rádio serão exemplificadas no próximo item, as vozes cidadãs.

### **3.4 ARTICULANDO AS VOZES CIDADÃS**



Com a instalação da rádio comunitária na comunidade do Chumbo, os remanescentes de quilombo estão tendo a oportunidade de exercer a cidadania comunicativa iniciada com a luta pela ampliação dos direitos formais e legais materializadas nas ações concretas como a pronúncia da palavra própria. A possibilidade de dizer a palavra é fundamental para o exercício da cidadania. A fala, a oralidade reinventa o espaço público. Outra dimensão importante é a participação cidadã nas mobilizações e organizações sociais. A organização social é temática constante na emissora. Por exemplo, os locutores ajudaram na divulgação do processo de cadastramento das famílias beneficiárias do programa de transferência de renda.

Atenção ouvintes, a coordenação da ação social está convidando para reunião sobre cadastramento do Bolsa Família. A reunião vai ocorrer na sala da ação social. *A locutora anuncia os nomes dos coordenadores, a data e o horário da reunião.*

Os temas locais de interesse da comunidade ao ser veiculados ganham ampla repercussão e pautam as conversas do cotidiano. Ou seja, o tema, bolsa família, passa a ser pauta nas conversas cotidianas. São esses temas que fazem com que os ouvintes se identifiquem cada vez mais com as rotinas produtivas da emissora. Ideia expressa no relato da ouvinte: “deixo sempre a rádio ligada na nossa emissora porque quero saber o que está acontecendo aqui”. E, ressalta que se sentiu muito feliz quando soube a respeito do curso de hortigranjeiro “esse curso vai ajudar a gente a trabalhar melhor as nossas criações”.

As mensagens radiofônicas ajudam também as pessoas a reorganizar as agendas de compromissos, quando anunciam, por exemplo, que a visita médica na comunidade foi alterada ou sobre o não cancelamento das aulas: “atenção alunos do Chumbo, hoje não haverá planejamento”. Essas informações têm sentido e respeitam a pessoa, pois evitam os desencontros, as horas de espera, os gastos com passagens, alimentação, dentre outros. A comunicação, neste caso, está a serviço da solidariedade.

Na comunidade dos remanescentes de quilombo, a solidariedade é condição para recriação da vida, humanização das pessoas, desde as formas mais simples até as mais complexas. A solidariedade pressupõe reconhecimento. Como ressalta Cortina (2005, p. 72) só se “pode exigir que um cidadão assuma responsabilidades quando a comunidade demonstra claramente que o reconhece como seu membro, como alguém pertencente a ela”.



Por isso, o ponto de partida para a prática da cidadania comunicativa é o reconhecimento do sujeito na sua plenitude. Não é possível falar de participação, engajamento, estratégias de ação política sem levar em conta o respeito e a solidariedade num lugar marcado pelo desrespeito, injustiças e ausências do poder público. Ao compreender essa realidade, compreende-se a mensagem cuidadosa de agradecimento: “nosso muito obrigado às mais de cem pessoas que estiveram ontem na reunião. A participação de vocês ajuda a melhorar a vida da nossa comunidade”.

Percebe-se que a cidadania comunicativa emerge das ações e lutas concretas, desde a luta pela instalação, ocupação e no fazer rádio comunitária e, ainda, a participação e o comprometimento das pessoas com os pleitos da comunidade. Aliás, a participação para Mata (2009) significa engajamento, pois caso contrário, as ações se tornam uma pseudoparticipação (FREIRE, 2006). Pois, a participação “[...] não é dada, é criada [...]. Ou seja, o fundamento da participação é a construção de espaços coletivos e democráticos.

#### **4 APONTAMENTOS FINAIS**

A rádio comunitária do Chumbo é um espaço que está dando visibilidade às lutas e reivindicações dos remanescentes de quilombo. A experiência dos quilombolas demonstra as potencialidades dessa mídia alternativa, num local onde a informação é base para ampliar os direitos. Essas informações estão contribuindo para desestruturar a cultura autoritária e as estruturas legitimadoras de desigualdades. As mensagens sonoras fomentam as participações, os engajamentos sociais e ajudam a construir processos contra-hegemônicos e discursos libertadores.

A proposta do fazer rádio põe em questão também a necessidade de democratizar os meios de comunicação e, também a sociedade. Por isso, a luta pela ampliação da cidadania comunicativa se articula com as ações sociais, políticas e culturais. Essas ações concretas se relacionam ainda aos assuntos locais mal resolvidos como questão fundiária, educação, saúde, moradia digna, qualidade de vida, dentre outras demandas. Portanto, os quilombolas ampliam a cidadania comunicativa quanto reivindicam os direitos, imprimindo novas agendas de luta na comunidade e também interagindo do seu local com os demais cidadãos. Os quilombolas têm muito a nos dizer.



## Referências

- CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo:** para uma teoria da cidadania. São Paulo: Loyola, 2005.
- DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In. DAGNINO, Evelina. **Os anos 90:** política e sociedade no Brasil, SP: Brasiliense, 1994.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 8. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo:** novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 2. ed., Petrópolis: Vozes, 2002.
- MATA, Maria Cristina. Comunicación y ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación. **Fronteiras** – estudos midiáticos. São Leopoldo, v. 8, n. 1, p. 5-15, jan.-abr. 2006.
- MATA, María Cristina, CARRO, José Pablo e et tal. Condiciones objetivas y subjetivas para el desarrollo de la ciudadanía comunicativa. Córdoba, Argentina: CCCAL, 2005.
- \_\_\_\_\_ e et tal. Ciudadanía comunicativa: aproximaciones conceptuales y aportes metodológicos. In. ADRÍAN, Padilla; MALDONADO, Alberto Efendy. **Metodologías transformadoras:** tejiendo la red em comunicación, educación, ciudadanía e integración em América Latina. Caracas: CEPAP; UNESR, 2009.
- PERUZZO, Maria Cicilia K. **Comunicação nos movimentos populares:** a participação na construção da cidadania. São Paulo: Vozes, 1998.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Boitempo, 2007.
- VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania:** a sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.